

O ENTRE LUGAR: trajetória de vida e memória no processo de formação profissional de mulheres negras

Angela Ernestina Cardoso de Brito*
Emanuella Marques Gomes**

Resumo

No Serviço Social gênero e, principalmente, raça são assuntos pouco discutidos. Considerando esses aspectos, o artigo objetiva refletir sobre o processo de formação profissional de professoras negras inseridas no ensino superior na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes¹. Busca-se dar publicidade à “invisibilidade” da temática gênero/raça nos trabalhos abordados pelos assistentes sociais. Tenta-se incorporar a temática no cotidiano de debate profissional do assistente social, promovendo assim um encontro entre os estudos de gênero/raça e o Serviço Social (LISBOA, 2010). Utiliza-se da história de vida como metodologia e, respalda-se em estudos do IBGE e autores como Lisboa (2010) e Silva (2010) dentre outros. Desta forma, objetiva-se mostrar a difícil trajetória profissional dessas mulheres negras, as difíceis experiências e processos discriminatórios enfrentados no processo de formação profissional e vivenciados nos diversos contatos com professores, professoras, alunos e alunas brancos(as). A pesquisa, que colheu relatos de 5(cinco) docentes universitárias negras, aponta para a escassez de produção relacionada a gênero/raça, a invisibilidade da temática no cotidiano profissional, assim como indica a necessidade de maior abertura e discussão do tema na profissão em questão.

Palavras Chaves: Trajetória de vida; memórias; formação profissional; mulheres negras.

Abstract

In Social Work, gender and especially race are issues not much discussed. Considering these aspects, the article aims to reflect upon the professional education of black teachers inserted in higher education at the State University of Montes Claros - Unimontes. The aim is to give more visibility to the "Invisibility" of gender and race in the work covered by social workers. We seek to incorporate the theme in the everyday professional debate of social worker, thus promoting a meeting between gender and race studies and social work (Lisboa, 2010). We use the life history method and take support in IBGE studies and authors such as Lisboa (2010) and Silva (2010) among others. Our objective is to show the difficult career path of these black women, the difficult experiences and discriminatory processes faced in the training process and experienced in various contacts with white teachers and white students. The survey, which collected reports of five (5) black university teachers, points to the lack of production related to gender / race and the invisibility of this theme in daily work, indicating the need for greater openness and discussion of the topic in the profession in question.

Keywords: Trajectory of life; memory; professional qualification; black women.

* Assistente Social graduada pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Mestre em Metodologia da Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF - e professora do Curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia-BA.

** Assistente Social, formada pela Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes.

¹ Parecer nº 166/2011 da Câmara de Pesquisa.

1. Introdução

O artigo é fruto de uma pesquisa realizada com 5 (cinco) docentes negras que lecionam há mais de 6 (seis) anos na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, no ano de 2013². Escolheu-se representantes de cada uma das áreas de ensino da universidade³, quais sejam: ciências sociais aplicadas, ciências humanas, ciências exatas e ciências da saúde. A pesquisa buscou regatar a trajetória profissional dessas mulheres no interior da Universidade; seu processo de consolidação, suas dificuldades e as situações de discriminação vivenciadas.

Realizou-se um levantamento no quadro de docentes da Unimontes, cujo objetivo foi identificar as professoras que se enquadrariam no perfil do trabalho que seria realizado. Posteriormente, ocorreu o primeiro contato, momento em que foi explicado o objetivo da pesquisa, assim como a metodologia empregada⁴. Dessa forma, cada uma das docentes recebeu uma cópia do projeto de pesquisa, a fim de melhor esclarecer quanto aos objetivos, aliado ao termo de consentimento⁵, assinado no ato da entrevista. As entrevistas foram direcionadas por um roteiro que se subdividia em duas partes: o primeiro momento compunha quesitos destinados ao histórico familiar das entrevistadas, assim como o percurso escolar. A segunda parte: o processo de profissional, a trajetória de vida acadêmica.

Os encontros ocorreram mediante a disponibilidade das entrevistadas, momento em que resgataram suas histórias, rememorando suas lembranças. Para que houvesse êxito o resgate das lembranças nas entrevistadas, primou-se pelo método da história oral. Isso propiciou a cada docente a obtenção de um

conjunto de significados, que direcionou as dimensões das categorias de análise.

Joselina da Silva (2010), em seu artigo intitulado “Doutoras professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais”, discute a inserção das mulheres negras com doutorado no ensino universitário, até o ano de 2005. Revela por meio dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep que, num total de 63.234 docentes na educação universitária, apenas 251 são negras. Há um número significativamente inferior de mulheres nos campos de representações de poder, no âmbito universitário, uma vez que o desempenho individual não constitui a principal chave responsável por permitir a ascensão na carreira. Acrescenta que o acesso àquele mundo inclui também as relações de poder mediadas pelas de gênero.

No âmbito do Serviço Social, Teresa Kleba Lisboa (2010), uma das pioneiras em discutir o descompasso entre o Serviço Social e os estudos feministas, no artigo “Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão”, traça um paralelo entre os estudos feministas e a história do serviço social. Faz uma análise da profissão e das teorias androcêntricas que exerceram poder e dominação na produção de conhecimento, recomendando que as teorias feministas e os estudos de gênero constituem-se um aporte teórico-metodológico significativo para o Serviço Social. Para reforçar seus argumentos, a autora polemiza sobre como garantir igualdade com respeito às diferenças e, assinala as principais áreas críticas que impedem o desenvolvimento das mulheres e demarcam a desigualdade de gênero, sugerindo a adoção da perspectiva de gênero nas mediações teóricas, que lança um novo olhar sobre a realidade, a partir das mulheres e com as mulheres, revolucionando a ordem dos poderes e dos submetimentos. (LISBOA, 2010)

Já Santos (2006) demonstra em seus estudos a complexidade da ascensão social de mulheres negras dentro da academia de ensino superior, pertencer à posição de professor universitário significa para o negro ascender profissionalmente, mas não significa

² Agradecimento especial a professora Elisabete Pinto que gentilmente releu o texto, sugeriu e acrescentou umas pitadas apimentadas de boas ideias.

³ Foram entrevistadas 1 (uma) docente do curso de Serviço Social, 2 (duas) do curso de Direito, 1 (uma) do curso de Letras Português e 1 (uma) do curso de Medicina.

⁴ As docentes convidadas se posicionaram favoráveis quanto à participação no estudo.

⁵ Neste termo continha o comprometimento dos pesquisadores de manter em anonimato os nomes das entrevistadas.

estar livre da discriminação racial, pois [...] uma vez que esta se dá no Brasil pela presença da pigmentação da pele, pelo tipo de cabelo e pelos traços corporais.

Estas características, entretanto, “não vão desaparecer do indivíduo só porque ele galgou uma posição de destaque na sociedade”. (SANTOS, 2006, p.169). Neste sentido, indagamos: Qual a influência e o impacto que a educação têm na vida das pessoas, e, em se tratando de gênero e raça, qual o significado e/ou importância do acesso à educação de mulheres negras ao ensino superior? Ou até mesmo, no significado e desafios para as mulheres negras atuarem profissionalmente enquanto docentes do ensino superior? Responder a essas perguntas requer um entendimento mais aprofundado sobre o retrato da realidade, que será revelado por meio do estudo da trajetória de vida das mulheres pesquisadas.

Para tanto, utilizamos a metodologia qualitativa que fundamentará o método da história oral na sua modalidade de trajetória de vida. Gonçalves e Lisboa (2007) destacam o método qualitativo como de fundamental importância na construção do conhecimento no âmbito de estudos do Serviço Social e atribuem a utilização da pesquisa qualitativa ao fato de trabalhar

“[...] com o universo de significados, representação, crenças, valores, atitudes, aprofunda um lado não perceptível das relações sociais e permite a compreensão da realidade vivida socialmente. A Pesquisa Qualitativa estende-se desde as fronteiras da antropologia e da etnografia, passando pela etno-metodologia, a hermenêutica e diversas modalidades de estruturalismo, até as análises históricas comparadas, relatos orais, métodos biográfico”. (GONÇALVES; LISBOA, 1998, p.1)

É possível compreender a trajetória de vida como o conjunto de acontecimentos que fundamentam a vida de uma pessoa e, neste sentido, o estudo sobre a trajetória de vida insere debates essenciais no que tange às modificações na estrutura social e à ação individual (BORN, 2001). Referente ao estudo da história de vida, Gonçalves e Lisboa (2007) dizem que: “As pessoas com as quais trabalhamos, possuem cada qual uma história de vida, são sujeitos humanos com características específicas, cada qual dotado de valores, sonhos e experiências concretas, históricas e vivas, portanto é preciso também escutá-las”. (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p. 84)

Brito (2014) considera que, na perspectiva de Halbwachs (2006), a memória ultrapassa o plano individual, as memórias de um indivíduo nunca são só suas, uma vez que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade. O autor postula que nunca nos lembramos sozinhos, mas também a memória se esvai quando nos afastamos do grupo que estava a ela ligado.

A memória, nesta perspectiva, não é individual, mas formada pela vivência de uma pessoa em diversos grupos ao mesmo tempo. É a soma das várias memórias coletivas que se aloca no ser e representam a sua parcela individual de experiência. A constituição da memória é, em cada indivíduo, uma combinação aleatória das memórias e, “para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras” (Halbwachs, 2006, p. 72). É o que nos expõe a entrevistada V que recorda um acontecimento importante na sua família, o casamento de sua irmã: “*Olha minha irmã casou-e com um homem branco e gaúcho, teve dois filhos. Sempre tentou apagar que era negra. Chegou ao ponto de retirar o sobrenome da família e só deixar o sobrenome do marido. Os filhos são super preconceituosos, não valorizam a descendência negra. Tudo para os filhos são os gaúchos, são os brancos, eles são os melhores. Para eles os pretos são preguiçosos e burros. Essa foi a herança que minha irmã deixou para os filhos: o racismo e esquecimento*” (Professora V). Os fragmentos dessas histórias podem trazer contribuições significativas para subsidiar as reflexões a respeito do processo de formação docente das mulheres negras, assim como desvendar a organização interna das famílias negras.

A memória deve ser entendida aqui, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Além disso, os quadros coletivos da memória representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por datas, nomes, fórmulas etc.

No que se refere ao estudo da trajetória de vida, Santos (2001) faz uma analogia em seus escritos sobre os depoimentos orais por meio da análise do antigo filme,

datado de 1970, nominado *Little big man*⁶, o autor conclui que os depoimentos orais, por mais que estejam focados na vida do sujeito, não se fixam apenas na análise individual, mas de certa forma abrangem todo o contexto social em que este está inserido.

Cita-se nosso próprio objeto de pesquisa, como exemplo, que analisa a inserção e trajetória da mulher negra na docência do ensino superior. Essa abordagem vem quebrando paradigmas impostos historicamente, principalmente dentro do serviço social. A saída da mulher negra da esfera privada para a esfera pública⁷, como resultado da desconstrução de preconceitos arraigados e ascensão social dos negros na sociedade, constituem elementos que não foram inseridos devidamente no cotidiano de intervenção dos assistentes sociais⁸. (BRITO, 2013)

Segundo Born (2001), para conseguir de fato relacionar a mudança social e a trajetória de vida, objetivo da nossa pesquisa, deve-se considerar tanto os procedimentos institucionais quanto soluções individuais, levando em consideração “[...] os riscos que ocorrem nas transições entre educação, trabalho e família, bem como as que ocorrem durante uma única história de emprego, por exemplo.” (BORN, 2001, p.4). Logo, deve-se compreender a mudança de status, um dos focos desse estudo, pois “as mudanças de status conferem – como momentos cruciais – uma estrutura à trajetória de vida.” (BORN, 2001, p.241) Assim, na pesquisa apresentada será possível observar tanto a trajetória de vida como métodos principais de análise no trabalho realizado para apreender a história de vida das mulheres negras na docência do ensino superior.

⁶ Pequeno Grande Homem.

⁷ Dentre outros autores sugiro leitura do artigo: as tias baianas tomam conta do pedaço.

⁸ Ver BRITO, Angela Ernestina Cardoso de. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Serviço Social em Revista**. V.15, n.2. 2013.

2. Processo de Formação profissional: “nas lembranças nunca estamos sós”

No ato de lembrar adentramos em um universo de significados, ou seja, quadros sociais, que servirão de ponto de referência, tanto para quem fala como para quem analisa tais lembranças. Nestes momentos, procuramos traçar o perfil social, cultural e educacional das professoras negras a fim de identificar qual o significado pessoal e político de sua atuação no ensino superior. As professoras relembrou os momentos da infância e outros em que foram vítimas de discriminação racial, dentro e fora da universidade. Recordaram também situações constrangedoras envolvendo as relações com colegas de trabalho, professores brancos(as) e alunos(as) brancos(as), denunciando, assim, a forma como ocorreu o caminho de inserção profissional no meio universitário.

Para Halbwachs (1990), a memória é um fenômeno social que se manifesta de diversas maneiras, seriam elas: a coletiva, a individual e a histórica. O autor explicita cada uma delas, destacando que a memória coletiva também pode ser nominada como memória social, uma vez que está ligada a uma história de vida, na qual o passado permanece presente na consciência de um dado grupo social. Vejamos o relato:

Sabe eu me lembro que há muito tempo, quando eu era criança, há décadas [rsss] eu estudava no SESI. A professora trabalhou durante o ano a história da dona Baratinha. No final do ano ela escolheu os personagens e é lógico que a dona Baratinha, era uma menina branca. Eu faltei no dia da escolha, não sei por que motivo. Só sei que o que mais me marcou foi que ela deu o personagem de urubu para um menino negro. Todo mundo ficava zombando dele. Eu pensava, ainda bem que eu faltei, senão o urubu seria eu. Outro fato que me marcou, é que, na 5ª série, ninguém queria sentar perto de mim porque diziam que eu fedia, que era preta e que fedia (Professora IV).

A docente entrevistada rememora a experiência vivida, discorre sobre a atitude da professora do ensino básico, no ano de 1978, em associar os alunos a traços animalizados, coisificados. Especialmente nas ilustrações da literatura infantil e juvenil, negros/as aparecem assemelhados a macacos, porcos e urubus dentre outros. Mas, no que se refere à memória histórica, Halbwachs destaca a diversidade entre a primeira ideia, que nesse caso estaria relacionada às experiências externas relativas ao já vivido, o que seria

uma forma de compreensão do passado. A experiência vivenciada pela professora IV destaca ainda a representação de negros/as à falta de higiene, à sujeira. A lembrança aqui remete à memória individual, que na sua percepção sempre será “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. (ibid., p. 53-42)

Conforme Santos (2008), no momento em que uma pessoa começa a falar sobre suas lembranças e experiências, esta passa a transmitir emoções que não só podem como devem ser compartilhadas, a fim de que se resguardem do esquecimento. É o que destaca uma das professoras:

A forma que os meus antepassados vieram pra cá, eles não vieram porque quiseram, vieram porque foram obrigados a vir. Eles vieram escravizados, assim como os judeus foram para o campo de concentração obrigados. Os judeus têm políticas reparatórias nós também precisamos (Professora III).

A utilização da história de vida nos possibilitou ingressar no universo pessoal das professoras negras. E essa análise do vivido, vai muito mais além da compreensão da própria vida do entrevistado, envolve todo o contexto em que este se insere.

Santos (2008) ressalta ainda que no instante em que ocorre uma entrevista, o entrevistado se depara com um interlocutor com quem tem a liberdade de relatar suas impressões sobre a vida que flui ao seu redor; e será a partir desse momento em que as lembranças se organizam com o objetivo de conferir seja através da ajuda da imaginação ou da saudade, um sentimento que traga à tona a vivência do sujeito que narra a sua própria história. As docentes constroem suas histórias de vida de acordo com a relevância e significado que atribuem a determinados fatos e acontecimentos. Assim, em se tratando de um estudo que envolve relatos orais, ou seja, trajetórias de vida, não basta apenas compreender suas concepções e significados, mas dominar um universo de metodologias que compõem a história oral. (SANTOS, 2008)

3. Raça: demarcador social de acesso à universidade

Os indicadores de acesso e de conclusão de cursos de pós-graduação, entendidos como espaços para produção de ciência, são demarcados, dentre um conjunto de variáveis, por sexo e cor/raça. Em relação

à inserção da mulher negra no ensino superior, a ocupação dessa função veio repleta de subjetivações e discriminação. Os relatos expõem o acesso limitado a cargos e posições mais elevados.

Eu fui coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC durante 4 anos. Sempre fui muito cautelosa, organizada etc. Quando surgiu uma oportunidade para ser coordenadora de curso, não deixaram. Desconversavam enfim não me indicaram. E eu tinha disponibilidade, mas sobretudo competência. A coordenadora que foi indicada foi um caos. No momento de um desses caos, outra professora importante chegou a mim e falou: Podíamos ter indicado você [Se referindo a mim] (Professora V).

Estudos revelam a associação das mulheres negras à falta de capacidade para ocupar cargo de destaque. Santos (2006) ressalta a crescente presença negra na docência do ensino superior ao alcançarem a esfera pública, universo que até então não cabia às negras:

Num dia marquei uma conversa com uma pessoa por telefone. Quando ela chegou pediu para eu levá-la até a professora responsável. Eu disse: ‘sou eu’. Ela admirada respondeu que imaginava que fosse outra pessoas. Eu acho que ela se referia ao fato de eu ser negra porque me olhava de cima a baixo. Não imagina uma pessoa negra como docente no curso de direito (Professora III).

Dados disponibilizados pelo relatório Desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira entre 2000 e 2001, realizado pela Fundação Carlos Chagas, a partir de dados dos Censos Demográficos do IBGE, indicam um aumento na participação de negros no ensino superior, desde o início dos anos 2000⁹. Na pós-graduação, as desigualdades são expressivas, em 2000 eram mais de cinco brancos para cada negro.

As hierarquias sociais de gênero e raça se expressam na distribuição dos discentes por áreas de conhecimento: as mulheres e os negros estão presentes nas áreas consideradas de menor prestígio social e econômico, como a Educação, as Humanidades e as Artes. Na Educação, por exemplo, são 479 mulheres graduadas para cada grupo de 100 homens, enquanto nas Engenharias são 29 engenheiras para cada grupo de 100 engenheiros.

⁹ Essa expansão é resultado da mobilização dos movimentos negros, que desde o início do séc. XX denunciam as desigualdades de acesso e a permanência de negros nos espaços escolares e pressionaram o Estado no sentido de ações concretas, com vistas à maior equidade na ocupação das vagas tanto na educação básica como no ensino superior.

Eu sempre quis fazer direito, mas na UNESP quando eu prestei o vestibular, infelizmente ainda não havia reserva de vagas para negros e negras e a concorrência, para o curso de direito, era de praticamente 100 candidatas para cada vaga. Sempre estudei em escola pública e tive ainda de trabalhar, a concorrência era desleal. Nunca conseguiria disputar o vestibular com eles. Tinha um único negro no curso de direito. Ele teve dificuldade de arrumar estágio, teve de cortar o cabelo para ser aceito (Professora IV).

No recorte de cor/raça, a maior participação encontrada está também na área da Educação, porém bastante restrita: são 53 negros para cada grupo de 100 brancos, considerando o grupo de graduados e, 24 para os doutores. No caso brasileiro, a baixa diversidade na composição do corpo discente e docente do ensino superior não tem sido suficientemente problematizada em termos dos resultados de uma política educacional equânime e justa, considerando as diferentes áreas de produção de conhecimento, da tecnologia e da ciência. A diversidade étnica/racial tem aparecido mais fortemente como valor agregado no plano da cultura e menos no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, por exemplo.

Ainda que se possa observar uma ampliação da presença de negros no ensino superior, sabe-se pouco sobre a inserção, trajetória e desafios vivenciados pelas mulheres negras em nosso país. São raros os estudos que consideram essa abordagem. A maior diversidade étnica e racial na produção das ciências pode contribuir para uma maior gama de problemas a serem estudados, fornecer perspectivas novas, informadas por culturas e necessidades diferenciadas.

Aprofundar os conhecimentos sobre a inserção das mulheres negras no meio universitário significa entender que, para elas, tal cargo expressa ascender socialmente. Isso não significa estar livre da discriminação racial, uma vez que esta se manifesta no Brasil pela presença da pigmentação da pele, pelo tipo de cabelo e pelos traços corporais, os quais não serão eliminados, independente da posição de destaque que o negro venha a ocupar.

Bell Hooks (2005) também chama a atenção, em seus escritos, aos grupos marginalizados, defendendo que esses devem ver como uma ação importante o trabalho intelectual. No entanto, a autora reconhece a

dificuldade que é optar pelo caminho intelectual ao dizer na Revista de Estudos Feministas que:

Essa desvalorização do trabalho intelectual que muitas vezes torna difícil para indivíduos que vêm de grupos marginalizados considerarem importante o trabalho intelectual, isto é, uma atividade útil. Contudo a decisão de trilhar conscientemente um caminho intelectual foi sempre uma opção excepcional e difícil. (HOOKS, 2005, p.465)

Por se tratar de uma escolha difícil, a opção pelo magistério pode justificar assim o pequeno número de professoras negras que pertencem a esse universo.

Eu venho de uma família de muitos irmãos. Somente eu estudei, cheguei à universidade. Na minha casa, minha mãe falava pra eu parar um pouco de estudar senão ficaria louca. Na universidade, no mestrado e doutorado eu era a única. Só tinha eu (Professora IV).

A dificuldade de acesso a estatísticas que documentam diferenças raciais, particularmente a situação de meninas e mulheres negras, tem contribuído para a impressão generalizada de que o racismo – bem como as formas específicas de subordinação da mulher negra – não é um problema no Brasil. As estatísticas oficiais como no caso dos indicadores de desempenho escolar, poucas vezes são desagregadas por raça e quase nunca por raça e sexo (REICHMAN, 1995).

Silva (1998) nos diz que é nas relações, nos processos de compartilhamento entre as pessoas e os grupos que reside a capacidade mantenedora ou transformadora das estruturas sociais. Portanto, ao investigar a vida dessas professoras não as desconectamos dos conflitos e das condições de alienação e dominação a que foram submetidas ao longo dos processos de profissionalização.

4. Processo de socialização em famílias negras

Família é a instituição responsável pela socialização do indivíduo¹⁰ e tem por objetivo a transmissão de valores e inserção deste na sociedade. Deve-se destacar a importância da família nessa primeira fase de

¹⁰ Compreendemos a família a partir da moderna historiografia, isto é, como uma instituição social básica, histórica que se transforma sincrônica e diacronicamente. Dessa maneira, desconsideramos a idéia de um padrão único de organização familiar, um modelo, mesmo que as duas famílias participantes dessa pesquisa sejam compostas por pai, mãe e filhos, cuja estrutura, aliás, não resultou de escolha intencional.

socialização, o que se pode confirmar por meio dos relatos. Quanto aos fatores condicionantes que interferem no processo de entrada e permanência no ambiente educacional, a professora I elenca o esforço e investimento da mãe para garantir a permanência nos estudos. A professora I diz que a mãe não gastava com quase nada, economizava até na compra de alimentos, somente para mantê-la na universidade. Quanto ao papel socializador, a professora I afirma:

[...] sempre me ensinaram que eu poderia ser o que eu quiser e para mudar a minha realidade eu teria que ingressar nos estudos e ter uma profissão. A família é a base de tudo e digo que o meu diferencial hoje foi a minha família [...]

O que demonstra a importância atribuída pelas entrevistadas a tal instituição.

Outra professora expõe que morava, juntamente com sua mãe, que era empregada doméstica, na casa da patroa, destaca o esforço da mãe na educação como principal meio, no entendimento da sua família, de ascensão social:

Eu vim de uma família pobre, a minha mãe era empregada doméstica e fui criada assim, mas tive o privilégio de ter 2 mães, a biológica e a mãe não biológica. Eu cresci no lar em que minha mãe trabalhava e eu não precisava trabalhar a não ser se eu quisesse ajudar mesmo não era um dever meu. Meu único dever e incentivo era o de estudar. Minha mãe comprava todo o material escolar para mim, e sempre estudei em boas escolas. A minha segunda mãe era médica e crescer naquele lar me proporcionou muitas coisas contribuiu para o que eu me tornei hoje (Professora II).

Para que pudesse estudar nas escolas particulares onde os filhos dos patrões estudavam, relatou que teve de recorrer à bolsa de estudos, uma vez que não dispunha do valor total da mensalidade. Estudos indicam que a educação tem sido vista, pelas famílias negras, como um dos principais mecanismos de ascensão social. O esforço para a permanência na educação da professora II deveu-se à *mãe biológica*, pois todo o recurso proveniente do trabalho doméstico era revertido em gastos escolares, na educação de boa qualidade da filha, que se dedicou integralmente aos estudos. A ascensão social é medida, em geral, pelos recursos financeiros e nível de instrução, esta pode ser percebida na família da maioria das entrevistadas. Nota-se que estas famílias participaram dos processos de mudanças sociais, políticas, e principalmente econômicas na sociedade brasileira.

Já a professora IV afirma:

Eu lutei demais. Para fazer cursinho pré vestibular. Durante o dia dava aulas nas escolas particulares, como alfabetizadora e à noite ia pros cursinhos estudar. Foi muito difícil me concentrar para estudar. À noite eu estava exausta. Pedi descontos para os professores e todos me davam. Estudei assim com os professores dos cursinhos acreditando no meu potencial (Professora IV).

Assim, o caminho acadêmico deve ser encarado, pelas docentes negras, como uma necessidade.

Como eu já relatei, na minha família somos muitos. Minha mãe me incentivava apenas com palavras. Coitada! Não tinha dinheiro, nem nunca estudou [...] Quando eu fui fazer cursinho pré - vestibular meu irmão me ajudava, me dava o dinheiro para o Ônibus. Eu ia a pé para economizar. Pegava o dinheiro e pagava professor particular de espanhol (Professora IV).

Um determinante relevante para que o processo de formação profissional se completasse foi o apoio dos pais de todas as depoentes, que, embora sem condições financeiras, motivaram os filhos através de uma palavra, de uma declaração de orgulho pelos objetivos alcançados e que, segundo os filhos, faziam previsões sobre como seria o futuro sem uma formação profissional, numa sociedade que valoriza a formação profissional, pagando melhores salários para quem a tem. (MULLER, 2006)

Para chegar à posição de professoras universitárias, as mulheres declararam que, por muitos momentos, sentiram-se separadas de suas comunidades, sem possibilidade de uma vida social mais intensa, porque o trabalho intelectual requer tempo, concentração e até certo isolamento, o que, segundo as professoras, causou-lhes certa ansiedade e desconforto. Entretanto, logo perceberam que este não é divorciado do cotidiano, porque o trabalho intelectual lhes permite entender a realidade e o mundo à sua volta, permite também encarar e compreender o concreto e até ter uma melhor visão sobre como contribuir na comunidade. É o caso da professora II:

Para eu terminar o doutorado em Serviço Social estudei à exaustão! Não tive feriado, nem dia santo. Minha mãe me ligava e dizia que todos estavam reunidos, mas eu não podia ir. Não atendia ao interfone, não abria a porta para ninguém me atrapalhar, nem atendia ao telefone. Fiquei enclausurada. Depois que terminei, fiquei muito tempo acordando às duas horas da manhã, era como se a obrigação não tivesse acabado (Professora II).

Este fato não é divorciado da realidade de outras docentes entrevistadas, vejamos:

Sabe estes dias eu fui à roça, e tem uma amiga que se chama Nara, ela está desempregada e muito desesperada. Ela me falou: amiga, tenho de passar num concurso urgente. Logo em seguida ela falou: só não quero ficar igual você ficou [se referia a mim]. Daí, eu perguntei: como eu fiquei? E ela falou: Você não se lembra? Um dia te liguei e você falou desesperada: desliga, desliga, olha agora eu não posso falar agora, porque estou terminando uma idéia, estou estudando não posso falar com ninguém (Professora V).

Os estudos de Santos (2006) mostram que este é de fato o sentido da contribuição do intelectual na sua comunidade. O lugar de professor universitário não é visto de forma natural como lugar de negros. Esta é uma profissão que exige muito o uso da mente, do argumento, da inteligência, da reflexão. Estes, porém, são atributos colocados como próprios do branco.

Hasenbalg (1979) ressalta que os filhos dos afrobrasileiros tendem a ter menor escolaridade que os brancos da mesma classe social. Dito de outra forma, as filhas dos trabalhadores negros serão menos expostas à mobilidade social. Estas diferenças entre brancos e não brancos, de acordo com os estudos do autor, se acentuam com o tempo, quando são comparadas as rendas entre homens brancos e não brancos, o estudo aponta, a partir do nível educacional, a existência de um expressivo diferencial. São as heranças sócio-raciais que atuam na educação e, por conseguinte, vão ter influência direta na seletividade laboral, seja na escolha, seja no acesso e ingresso no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a família tem oferecido padrões e valores próprios para viver em uma sociedade onde as oportunidades não são as mesmas para todas as raças. As conexões sociais, por sua vez, são progressivamente incluídas em seu desenvolvimento, e seu comportamento orientado por princípios internos, e será essa criação e educação interiorizada, proporcionada pelo meio familiar, que capacitará para o convívio social. Em se tratando de crianças negras, essas começam a sofrer preconceito desde cedo, mesmo que não haja compreensão disso.

As docentes I e IV relatam que tiveram de entrar no mercado de trabalho precocemente, para ajudar a sua família. Cuidavam dos irmãos, acompanhando-os no processo escolar, com auxílio financeiro proveniente dos seus trabalhos, aliado à dedicação e cuidado. Relataram ainda que à medida que os irmãos cresciam

a situação foi amenizando, pois as obrigações do trabalho e do cuidado também puderam ser distribuídas entre todos os membros da família. Isso representa outra questão social envolvendo a educação, pois esse trabalho motivado pela necessidade de subsistência pode ocasionar na evasão escolar ou a dificuldade de acesso escolar, perpetuando assim o ideário de supremacia branca, principalmente no que se refere à área intelectual e profissional.

A docente I relata que tinha de voltar caminhando da escola, para economizar dinheiro, o que a deixava muito cansada, pois chegando à casa havia muitos afazeres domésticos, além de estudar. Ademais, ao enfatizar a sua precoce entrada no mercado de trabalho, afirma que sequer tinha o *direito de adoecer*, pois seus irmãos mais novos precisavam do seu auxílio, além de ter de lavar, cozinhar, passar, arrumar a casa etc. Nota-se então os múltiplos papéis que a mulher negra, desde criança tem de desempenhar no processo de formação escolar e as dificuldades enfrentadas no percurso do acesso e permanência da educação básica à universidade.

5. Professoras negras e o processo de discriminação na escola

Com o intuito de conhecer a opinião das docentes no que se refere ao debate que envolve as mulheres negras e a escola, questionamos se o fato das professoras serem negras contribuiu para que, em algum momento, sofressem tratamento diferenciado na educação. Quando indagada sobre a questão, a docente III afirma que:

[...] meu sonho quando eu tinha seis anos era coroar a Nossa Senhora, e eu estava na catequese e pedi à catequista [...] e ela falou assim, nunca vi anjo preto e não me deixou coroar a Nossa Senhora. (Professora III)

A docente não associa esse fato à discriminação racial por não considerar tal acontecido como um ato preconceituoso atrelado à padronização e imposição de estereótipos discriminatórios. Quando ainda na infância, foi negado a ela representar um anjo, porque *não existe anjo preto* na cultura dos brancos, todos os anjos são brancos e homens. É uma forma excludente de discriminação do negro quanto às suas características fenotípicas. A professora em questão

não menciona o ano em que o fato aconteceu, mas pela idade relatada na entrevista deve ter sido por volta de 1985.

Henrique Cunha Junior¹¹ iniciou no ano de 1986 estudos na cidade de São Carlos, interior de SP, sobre discriminação racial nas escolas. Denunciou formas discriminatórias entre os professores e as crianças negras. No artigo revelou as conseqüências da discriminação racial nas escolas: evasão, apatia, agressividade, intolerância dentre outros.

Uma década depois, Brito (2003), ao estudar o processo de socialização entre casais inter-raciais, destaca as dificuldades dos pais em reagir diante de situações discriminatórias descritas pelos filhos na sala de aula. Em 2003, a lei 10639¹² surge da luta de diversos segmentos do movimento negro. A lei estabelece diretrizes e bases da educação nacional, ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino e, posteriormente, nos cursos universitários, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

É sabido que desde o século XIX foi arquitetado um processo de hegemonia cultural branca que influenciou diretamente na construção de um imaginário social claramente negativo em relação a negros e indígenas. Em decorrência disso, no cotidiano das relações pessoais e não na legislação, a cor da pele ou o fenótipo, até hoje, muitas vezes, é um obstáculo a impedir os não-brancos de obter sucesso na escola ou alcançar postos de trabalho de maior prestígio social (MULLER, 2006).

A docente II relembra o momento em que foi chamada de *negrinha*, descreve que na época não tinha criticidade para entender que se tratava de um ato de preconceito; no entanto, afirma que não gostou de ter sido referida daquela maneira, o que a estimulou a delatar para sua mãe. Demonstra, assim, que tal fato a inquietou de alguma forma, o que ocasionou consequentemente na ida da sua mãe à escola para solicitar posicionamento frente à situação

discriminatória e preconceituosa. Cunha Junior (1992) considera que a denúncia da discriminação racial na escola, por parte da criança, somente ocorre nos casos de discriminação aberta. A criança denuncia apenas os atos de racismo¹³ explícitos, presentes nos xingamentos, como também a interdição em participar de alguma coisa. Nas escolas, as crianças negras são impedidas de serem anjo nas festas católicas e mesmo noivos ou noivas nas festas de quadrilha.

Sobre o assunto, a professora IV recorda:

Eu queria ser a Dona Baratinha, num teatro realizado quando estava na 1ª série lá por volta de 1978 no SESI, escola onde eu estudava, mas sabia que a personagem seria dada para menina branca, nunca seria dado para mim. (Professora IV)

Os fatos denunciados podem ser agrupados em quatro níveis: no relacionamento com os colegas, no relacionamento com as professoras e funcionários; quando da exposição de quaisquer fatos; na proibição de participação em posição de destaque (CUNHA JUNIOR, 1992). A educação é um dos espaços sociais mais permeáveis à existência da discriminação racial indireta ou do racismo institucional¹⁴. A sociedade brasileira escolheu a ‘cozinha’ para ser o ‘lugar social’ do negro neste país, e a escolha não só confirma como impede a criança negra de ocupar posição de prestígio social nas representações escolares – “a noiva da dança de quadrilha não pode ser negra; ou nos esquetes de teatro, quando os anjos também não podem ser negros” (CUNHA JÚNIOR, 1992). No sistema educacional de ensino, pesquisas acadêmicas realizadas por Cavalleiro (1991) e Oliveira (1994) apontam os profissionais da

¹³ Racismo baseia-se em um conjunto de atitudes, conceitos e ações sociais focadas em possíveis diferenças biológicas dos indivíduos em interação social. Esse conjunto compreende desde pré-disposições psicológicas para a ação social, atitudes e opiniões desfavoráveis em relação ao “outro” racial, preconceito, podendo ser verbalizadas ou não, e passa pela ação ou comportamento social real que impede o “outro” de ampliar sua participação na sociedade, sendo esta marcada por limites bem definidos, segregação. Numa situação de desigualdade racial o preconceito está presente, mas se expressa ainda mais forte a discriminação e, muitas vezes, a segregação (PEREIRA, 2000, p. 21).

¹⁴ Discriminação institucional é considerada toda prática institucional que distribui benefícios ou recursos de forma desigual entre distintos grupos raciais. Dessa forma, toda política pública cujos impactos, intencionais ou não, tenham como consequência o aumento da desigualdade racial pode ser classificada como prática de discriminação institucional. (JACCOUD & BEGGI, 2002)

¹¹ CUNHA JÚNIOR, Henrique. Me chamaram de macaco e eu nunca mais fui à escola. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Educação, 1998. Mimeo.

¹² Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

educação como autores reprodutores da discriminação e do racismo no espaço escolar.

6. Falar de corda em casa de enforcado: individualidade e coletividade no processo de formação profissional de professoras negras na universidade

No que se refere à inserção e permanência das mulheres negras no mercado de trabalho, na maioria ocorre de forma precarizada, resultante da dificuldade econômica. Há marcadores determinantes para resultados desiguais na obtenção de *status*, de acordo com Lima (1995). Embora a educação seja uma variável considerada como preponderante, quando nos propormos a analisar os processos de ascensão, ainda assim diversos outros fatores contribuirão com níveis diferenciados para o alcance do sucesso. Através das experiências relatadas foi possível identificar novamente o fator econômico como diferenciador da trajetória profissional das entrevistadas, uma vez que necessitavam trabalhar. Há ênfase em cargos desprestigiados socialmente.

O negro que galgou uma posição privilegiada terá que viver em constante estado de alerta, como que a responder a todo o tempo questões, mesmo que não de forma verbal, mas através de gestos, atitudes e sentimentos, como forma de dizer: ‘olha, você não tenho o direito de continuar aqui’. É o que a professora IV expõe. Diz que na graduação tinha de trabalhar como monitora, porque sua família não tinha condições de ajudar. Em uma ocasião foi apontada como ladra por uma Assistente Social. Narra que após a acusação as únicas palavras que ouviu foi que se tratava de um engano: *era a monitora mais apta e uma das mais responsáveis e experientes. Sabia lidar com situações difíceis etc., eu tinha feito magistério*. A professora diz que no dia do pagamento foi pegar o cheque, que era nominal, como de costume, na sala da diretora, e que no outro dia, no período da tarde, a assistente social que trabalhava como coordenadora do projeto foi até o local onde ela estava trabalhando e disse:

[...] eu vim pegar o cheque que você roubou ontem. Eu fiquei sem chão. Isso em 1997 ou 1998, não me lembro. Eu fui embora na hora. Triste e chorando porque não sabia como me defender. No

outro dia fui conversar com a diretora do projeto Sra, Ana Maria, ela me disse para desculpar a Assistente Social porque ela se enganou e o cheque foi encontrado.

A professora conta que saiu do projeto, e, que não foi na delegacia registrar denúncia porque não tinha consciência do absurdo que o ato representava e também porque ficou com vergonha de ser apontada como ladra.

Esses comportamentos preconceituosos vêm de várias direções: do pedagógico, do administrativo, dos Assistentes Sociais que também foram educados sem conteúdos específicos para desmistificar uma sociedade preconceituosa e racista. Conforme Werneck (2001), estes determinantes da violência estrutural que atingem as mulheres negras na sociedade brasileira, mas é necessário compreender que as negras, enquanto seres indivisíveis vivenciam simultaneamente graus extremos de violência decorrente do sexismo, do racismo e dos preconceitos de classe social em um bloco monolítico, trajetória ascensional disparidades institucionalizadas na sociedade atuando em diversos espaços.

Retomando o depoimento da professora II, sua experiência pode ser associada à maioria da população negra. Ingressar na docência do ensino superior era o mesmo que ser elevada a uma posição de destaque. No entanto, relembra:

Eu fazia mestrado numa universidade conceituada, daí eu e uma amiga, que era branca, fomos num local imprimir a versão da dissertação para qualificação. Eu e ela. Daí o moço da xerocopiadora olhou para mim e perguntou: você faz mestrado na universidade x!!!! (Ele ficou indignado por se tratar de uma universidade de ponta). Daí perguntou somente pra mim: ‘como você conseguiu entrar?’ Eu fiquei muito brava e falei: “eu transei com o reitor”. Disse isso porque ele estava duvidando da minha capacidade. Ele se desculpou e disse que não queria ofender. Daí eu disse: como que você acha que eu entrei? Da mesma forma que um branco entra!!! Pelo processo de seleção (professora II).

Manifestações de preconceito impregnam a sociedade. São explícitas, mas quando se trata da capacidade intelectual das mulheres negras, sempre associadas a empregos domésticos e subalternos, estão presentes no inconsciente das pessoas, ou seja, o lugar de professora universitária não é visto de forma natural como lugar de negras.

O desafio para acesso ao ensino superior é narrado também pela professora III. Ao se formar, soube da

existência de uma vaga de emprego em um colégio de freiras, ao pleiteá-la, foi advertida pela diretora que disse: [...] *realmente tem vaga, mas na minha escola não trabalham pessoas negras*. Pela experiência relatada, notamos atitude discriminatória explícita no interior da instituição, uma vez que professoras negras não são contratadas. A professora não menciona a data, mas, pela idade narrada no dia da entrevista pensamos que o fato deve ter ocorrido entre os anos de 2003 a 2005. Demonstra que atitudes discriminatórias ainda continuam sendo vivenciadas pelas professoras negras em seus locais de trabalho. Faz-se necessária a discussão, explicitação das experiências racistas e proposição de políticas públicas que inibam esta forma de postura.

Como tem sido analisado por diferentes autores, a discriminação racial no Brasil está presente na relação entre os indivíduos. Essa discriminação frequentemente tem um caráter indireto e se dá de formas mais ou menos tortuosas. (MULLER, 2006). É o que podemos observar nesta outra experiência:

Eu dou aula no curso de Serviço Social e sou a professora que mais produz no meu curso em se tratando da questão de gênero e raça. Promovo eventos, encontros, seminários, mesas redondas simpósios etc., mas não sou reconhecida dentro do curso! Sou reconhecida fora do curso. Nunca recebi um elogio sequer de nenhum dos meus coordenadores, nem dos professores do curso, ao contrário tenho de andar sempre corretamente, não posso ter nenhum deslize, nenhum errinho. Se tiver sou a primeira a ser apontada. Todos podem errar menos a negra!!! Temos de ser negras e perfeitas!! É como viver o tempo todo na corda bamba. Sinto que no curso de serviço social falar sobre gênero e principalmente sobre raça é como "falar de corda em casa de enforcado". (Professora II)

Lisboa (2010) nos adverte bem sobre certo discurso consolidado ao longo da história do curso de Serviço Social que promove um "desencontro" entre a profissão e os estudos feministas.

O relato continua:

Mesmo tendo galgado os mais altos níveis na universidade, sinto ainda como que se estivesse acendendo 'uma vela a Deus outra ao diabo'. Digo isso não somente no que toca as relações internas: professoras brancas e professoras negras, que são terríveis e desgastantes. Às vezes finjo não ver, finjo não ouvir as insinuações, as atitudes racistas que deixam marcas profundas na vida da gente. Dentro da universidade, no meu curso: serviço social esta discussão está muito longe de ser enfrentada. É como se o lugar estivesse ali, mas de fato não existisse. Os desafios são imensos e me sinto como que se tivesse um grande caminho a percorrer, isso me cansa bastante. (Professora II).

Para Lisboa (2010), a 'sujeição' do Serviço social a um saber androcêntrico e eurocêntrico, individualizou discursos, deixando lacunas profundas na profissão. Por isso, enfatiza que "uma verdade não está pré-definida, ela faz parte de um contingente contextual que deve ser mediado por diferentes concepções teóricas que perpassam as questões de classe, de gênero, de raça/ etnia, que por sua vez se fundamentam em múltiplos tipos de saberes" (LISBOA, 2010, p.03).

Sobre a mesma situação destacamos a seguinte declaração como uma das que mais evidenciam as ocorrências contínuas de discriminação no meio universitário. Decidimos colocá-la na íntegra:

Quando eu comecei a dar aula na universidade, as primeiras vezes que eu entrava na sala eu notava as pessoas ainda se assustando pensando: "Ah uma professora negra, e tal, e ai...?". É diferente, às vezes a gente sente isso não de forma evidente, às vezes um distanciamento, um olhar meio diferente. Como negra experimentei preconceito desde a época da graduação na Unimontes. Com professores, isto é muito velado, mas existe. Houve uma situação em que uma professora (branca) disse em sala de aula – depois que pronunciei uma palavra em inglês de forma inadequada – que ela me perdoaria, pois já havia sido constatado que pessoas negras têm dificuldade para aprender o inglês. Já sofri agressões de profissionais daqui que depois me pediram desculpas diante da situação. De vez em quando acontece, às vezes levo na brincadeira [...]. (Professora I).

Notamos a explícita forma de agressão e 'brincadeiras' pejorativas relacionadas à cor¹⁵ da pele vivenciada pela professora IV, confirmam que a ascensão social não exclui a discriminação racial¹⁶. A professora, em diversos trechos denuncia a discriminação explícita e percebe as diferentes formas de discriminação implícita. Ao afirmar que o preconceito é escondido,

¹⁵ Para Antonio Sergio Guimarães (2003) cor é um discurso desse tipo, uma categoria totalmente nativa; eu não posso falar muito dela, pois tenho que estudá-la mais um pouco. Eu poderia discorrer sobre raça; como surgiu a idéia de raça [...] existe uma enorme literatura sobre isso, mas sobre "cor" não existe. Na mais longínqua antiguidade, essa metáfora das cores já se aplicava à classificação dos seres humanos. "Cor" nunca é um conceito analítico, a não ser talvez na pintura, na estética, na fotografia; certamente na arte ele é um conceito analítico, mas nas ciências sociais ele é sempre nativo, usado para classificar pessoas nas mais diversas sociedades [...] classificação social passou a ser "cor" e não "raça". Ganhou esse estatuto de categoria nativa mais importante. Essa idéia de cor está hoje na base do que se chama de nação brasileira, desse Estado-nação. (GUIMARÃES: 2013, p. 99-100)

¹⁶ Sobre este assunto ver: Nogueira. Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, São Paulo. v. 19, n. 1. Nov. 2006. p. 287-308.

confirma que mesmo de modo implícito o preconceito é percebido por ela, seja por um olhar, tom de voz, sussurros, expressões, enfim, ações diferenciadas, que demonstram formas preconceituosas de julgar o outro. Quando a professora branca a critica publicamente por ‘não saber pronunciar corretamente’ umas palavras em inglês e atribuir o fato à ‘natural incapacidade’ e inferioridade dos negros, considera-se como uma forma de agressão verbal, situação vexatória à qual a professora foi submetida diante de seus alunos, perdendo assim, sua autoridade, ao mesmo tempo em que lhe foi lembrado o seu verdadeiro ‘lugar’ na sociedade.

Conforme Muller (2006), o racismo e o preconceito nem sempre têm explicações racionais. Muitas vezes o racista ou o preconceituoso desconhecem as pessoas ou os grupos de que tem ojeriza. São sentimentos construídos ao longo da vida, através do convívio com outras pessoas que são racistas ou preconceituosas e transmitem essas idéias negativas, sem nenhuma comprovação, apenas insistindo nos julgamentos negativos que eles têm sobre os outros. Já a discriminação racial é uma ação, uma atitude ou manifestação contra uma pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua raça ou “cor”. A discriminação acontece na manifestação do racismo ou preconceito, qualquer atitude que de alguma forma deprecia uma pessoa ou grupo.

Ainda de acordo com a autora sabemos que na sociedade brasileira, de maneira geral, as concepções sobre negros e mestiços são bastante negativas. Elas dizem respeito a valores estéticos, morais, intelectuais. São essas concepções, veiculadas de maneira difusa em nossa sociedade, que criam todas as maneiras e formas de mal-estar, de “antipatia”, que terminam por punir aqueles que não possuem um fenótipo evidentemente branco.

Nessa perspectiva, Silva (2010) aborda as dificuldades as quais a mulher negra sofre em decorrência da busca por melhores cargos no mercado de trabalho, pois, para ingressarem no campo do trabalho, têm de dispor de uma força muito maior que os demais agentes da sociedade, mulheres brancas e homens. Destaca que, ao optarem pela ascensão social, para algumas tal

escolha acarreta em grandes consequências, como as mencionadas acima, em sua maioria, ter de abdicar do lazer, da realização da maternidade, do namoro ou do casamento, "pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, têm de lidar com o preconceito e a discriminação racial que lhes exigem maiores esforços para a conquista do ideal pretendido". (Silva: 2010, p.5). Isso demonstra que, em se tratando da questão de gênero, este é por si só um fator complicador, mas, quando aliado à raça, aumenta ainda mais os obstáculos para inclusão e ascensão social.

Quanto ao modo como ocorreu a inserção da mulher negra no meio acadêmico, Santos (2006) explica que a ascensão profissional conquistada pelas mulheres negras deve ser comparada a uma espécie de crachá, através do qual adquirem o acesso limitado a determinados lugares, no caso, as universidades. Quando nos direcionamos a uma classe média negra, recorre-se à noção de espaço social. Este fato se dá, pois, no Brasil, existem espaços ocupados majoritariamente por negros e espaços ocupados majoritariamente por brancos. Um negro ocupando a classe média encontra-se fora do lugar¹⁷ (FIGUEIREDO, 2004). Se tornar professora universitária não significa mudar a realidade ou origem, pois existem certas “marcas” físicas, psicológicas ou históricas que não podem ser apagadas ou simplesmente ignoradas, independente da posição que galgue.

7. Considerações Finais

Este trabalho está inserido no campo da interdisciplinaridade, mas dirigiu-se ao Serviço Social no sentido de dar a conhecer a história do grupo que se constitui no demandante de seus serviços, qual seja, mulheres e negras. E, ao concluí-lo, percebemos que não conseguimos, ainda, responder o porquê de as profissionais de serviço social não discutirem gênero e raça/etnia, em se tratando de uma categoria na sua totalidade feminina e negra e, que atende, majoritariamente, mulheres pobres e negras.

¹⁷ FIGUEIREDO, A. Fora do jogo: A experiência dos negros na classe média brasileira. *Cadernos Pagu* (23) julho-dezembro de 2004, p.199-228.

Debruçamo-nos na reconstrução do processo de formação profissional das docentes negras inseridas no ensino superior da Unimontes. Os dados constataam que devemos ir além da classe social enquanto categoria epistemológica, pois as entrevistadas nos informam que mesmo galgando posição de destaque, esta não as exime de passarem por diferentes processos discriminatórios ao longo da trajetória profissional. Ascender socialmente e galgar altos níveis de escolaridade não as exclui de vivenciar situações discriminatórias, envolvendo piadas pejorativas, comentários preconceituosos relacionados à sua capacidade intelectual etc. Existem momentos críticos e decisivos no movimento progressivo das carreiras pessoais. Neste contexto, pode ocorrer surpresa, choque, pesar, ansiedade, tensão e frustração, tristeza e também o autoconhecimento.

As experiências relatadas servem para descortinar discursos preconceituosos camuflados no interior da universidade. O serviço social, por exemplo, não se preocupa em incluir a categoria raça nos estudos sobre mulheres, não destaca o impacto dos fatores históricos e culturais na constituição das identidades e das experiências sociais das mulheres. As experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas. Como bem diz Stolcke (1990), em culturas estratificadas tanto por gênero quanto por raça, o gênero é também uma categoria racial e a raça, uma categoria de gênero.

Ao examinarmos a ausência da raça na maioria dos estudos sobre mulheres no Serviço Social, é importante enfatizar até que ponto as críticas ao essencialismo feminista passaram despercebidas pela maioria das intelectuais da área. Existe uma lacuna nas pesquisas integradas sobre gênero e raça. Este último tem sido pouco abordado pelos órgãos representativos do Serviço Social, que fecham literalmente os olhos, fingem que o problema não existe, nunca existiu, e que discutir raça é uma falácia, uma invenção. As poucas ações desenvolvidas pela ABEPSS, CRESS e CFESS são pontuais, não há a participação efetiva de parte expressiva da categoria profissional. A ausência da raça na maioria dos estudos sobre mulheres pode

refletir o posicionamento e as preferências de pesquisadoras brancas no campo profissional.

Como bem diz Lisboa (2010), há necessidade de desconstruir discursos consolidados no Serviço Social, discursos estes que servem para propagar uma hegemonia inversa à situação dos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha no cotidiano. Discursos técnicos vinculados a uma classe elitista, machista e racista são propagados. Os estudos de gênero, tal como os estudos sobre raça não devem estar desarticulados das ações e pesquisas corriqueiras dos profissionais. Ao discutir gênero necessita-se articular raça, pois as mulheres negras possuem demandas específicas, que não podem ser marginalizadas.

Ao contar suas histórias, as personagens transitaram numa linha temporal que reúne gênero e raça, agrupando histórias de mulheres que são negras e dando voz a elas, que narram, numa fronteira do 'entre lugar', como bem diz Bhabha (1998), na passagem, resultado das violentas formas de opressão a que essas mulheres foram submetidas no exercício da cultura dominante.

As experiências podem ajudar a repensar as lacunas sobre o assunto existentes no interior da profissão. No que se refere a gênero, o discurso, mesmo marginalizado, aparece nas discussões, mas o debate sobre raça não surge na agenda da profissão. Lisboa (2010), no Serviço Social, vem sinalizando em diversos artigos o imperativo de reinventar um novo conhecimento no Serviço Social que seja descolonizado a partir das demandas do Serviço Social. Nós diríamos juntar as singularidades de 'gênero' e 'raça'. Não é possível trabalharmos com noções desarticuladas, fixas e pontuais, consolidando ideais tradicionais. Não é possível compreender os sujeitos do cotidiano de nossas práticas como sujeito total, com discursos e práticas fragmentadas.

Referências:

- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos.

- Interfaces, Sociologias*; Porto Alegre, ano 3, n.5, jan/jun 2001, p.240-265.
- BRITO, A, E, C de. *Educação de mestiços em famílias inter-raciais*. Dissertação de mestrado (Pós-graduação em Educação). Federal de São Carlos. 2003.
- _____. Lares negros olhares negros: identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. *Serviço Social em Movimento*. UEL. Londrina, V15, n2 P. 74-102, JAN. /JUN. 2013.
- GOMES, N. L. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Maza, 1995.
- GONÇALVES, R de C; LISBOA, T. K. Trajetórias de Vida: Visibilizando Reconstruindo a história das Mulheres. In: *Trabalho apresentado no Seminário de História, gênero e trajetórias biográficas*. ST 42. 1998.
- _____. Sobre o método da historia oral em sua modalidade trajetórias de vida. Ensaio. *Revista Katálises*. Florianópolis v.10 n. esp. p. 83-92, 2007.
- GONZÁLEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (ed.). *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- _____. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- JACCOUD, L. de B.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002.
- LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálisis* vol.13 n.1 Florianópolis jan./jun. 2010.
- MINAYO, M.C. de S. *Pesquisa Social – teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MONTAGNER, M Â. *Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana*. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n°17, jan/jun.2007, p.240-264.
- MÜLLER, M.L.R. Estatutos Estaduais do Magistério e Discriminação Racial. In: *Cor e Magistério*. Iolanda de Oliveira (organizadora). Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF, 2006.
- PEREIRA, J. B. B. Diversidade, racismo e educação. In: Oliveira, I. de. OLIVEIRA (Org.). *Relações raciais e educação: produção de saberes e práticas pedagógicas*. Cadernos PENESB. n. 3. Niterói, Ed. UFF, 2000.
- QUEIROZ, D. M. *Ações afirmativas na universidade brasileira e acesso de mulheres negras*. Salvador: Une. Mimeografado. 2006.
- QUEIROZ, M. I. P. de. *Relatos orais: do indizível ao dizível*. Ciência e Cultura, São Paulo, v.39, n3, p.272-286, mar., 1987.
- _____. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: VON SIMSON, O. de M. (Org.). *Experimentos com histórias de vida*. (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.
- REICHMAN, R. A mulher negra brasileira: um retrato. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/ UFRJ, v. 3, n. 2, p. 496-505, 1995.
- ROSEMBERG, F. Ação afirmativa no Ensino Superior brasileiro: pontos para reflexão. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Programa de Ações Afirmativas: processo de construção*. São Carlos, 2009.p.1-25. Disponível em: <<http://www.acoesafirmativas.ufscar.br>>. Acesso em: 11 fev. 2009.
- SANTOS, A. C de Almeida. *Fontes Oraís: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Paraná: UFP, 2008.
- SANTOS, T. J. C. dos. *Professores Universitários negros: uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada*. Cor e Magistério. Rio de Janeiro, Quartet; Niterói, RJ: Eduff, 2006. P.167-191
- STOLCKE, V. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? In: *Estudos Afro-Asiáticos/UCAM*. Rio de Janeiro, junho de 1991, n. 20, p. 101-119
- THOMPSON, P. *A voz do passado: historia oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- WERNECK, J. A Vulnerabilidade das Mulheres Negras. *Jornal da Rede Saúde*. N. 2, março de 2001.